

## ANEXO X – MATRIZ DE COMPARTILHAMENTO DE RISCOS

### MATRIZ DE RISCOS E RESPECTIVOS MECANISMOS DE MITIGAÇÃO E PENALIZAÇÕES

Este documento tem por finalidade (i) apresentar uma descrição dos principais riscos do Projeto e (ii) propor sugestões de alocação contratual desses riscos, entre o Poder Concedente e a futura Concessionária, na medida em que cada parte apresente melhores condições para absorver cada risco.

	RISCOS POTENCIAIS	CONSEQUÊNCIAS/ POTENCIAIS MITIGANTES	ALOCÇÃO DO RISCO	
			MUNICÍPIO	SPE
1	Atrasos, não obtenção de autorizações e/ou licenças necessárias à exploração da CONCESSÃO, incluindo os referentes ao LICENCIAMENTO AMBIENTAL.	Atrasos e Custos Associados	X	X
2	Danos materiais, pessoais e morais causados a terceiros decorrentes da prestação dos serviços.	Contratação de Seguro.		X
3	Força maior.	Contratação de Seguro.	X	

4	Erro na estimativa dos custos do projeto ou da duração dos trabalhos e obras ou da implantação, operação e manutenção da Central de Tratamento de Resíduos.	Custos adicionais. Cumprimento fiel ao previsto nos Projetos Básico e Executivo e no Plano de Negócios de referência.		X
5	Risco da CONCESSIONÁRIA não conseguir obter os FINANCIAMENTOS para a exploração da CONCESSÃO.	Atrasos e custos associados. Penalidades. Estruturação de pacote de garantias.		X
6	Mudanças na legislação ou regulamentação que impactem negativamente a exploração da CONCESSÃO.	Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.	X	
7	A variação de custos de insumos, custos operacionais, de manutenção e investimentos, inclusive em razão de flutuação cambial.	Cláusula contratual determinando a atribuição de acréscimos ordinários de custo à CONCESSIONÁRIA. Definição de índice de atualização de tarifas e da contraprestação. Alocação de risco ao PODER PÚBLICO quanto ao aumento extraordinário de custos.	X	X

	RISCOS POTENCIAIS	CONSEQUÊNCIAS/ POTENCIAIS MITIGANTES	ALOCÇÃO DO RISCO	
			MUNICÍPIO	SPE
8	A não observância dos prazos estabelecidos neste CONTRATO por parte da CONCESSIONÁRIA	Elaboração de cronograma detalhado das atividades e acompanhamento do mesmo de forma sistemática.		X
9	A não observância dos prazos estabelecidos neste CONTRATO por parte do PODER CONCEDENTE.		X	
10	As mudanças no plano de investimentos ou nos projetos, por mera liberalidade da CONCESSIONÁRIA.	Cláusula contratual prevendo o procedimento e as condições mínimas para a revisão do Projeto. Determinação de que custos adicionais do Projeto de Engenharia resultantes da mudança cabem à CONCESSIONÁRIA. Inserção de cláusula no EDITAL prevendo responsabilidade do empreendedor sobre eventual necessidade de reaprovação ou novo licenciamento do Projeto.		X
11	A segurança e a saúde dos trabalhadores que estejam a ela subordinados na execução do	Adequação da CONCESSÃO às normas de segurança, além de contratação de seguro que visa mitigar tal risco.		X

	CONTRATO DE CONCESSÃO e/ou de seus subcontratados.			
12	A qualidade na prestação dos serviços, bem como o atendimento às especificações técnicas dos serviços.	Adoção de boas práticas de gestão de projeto		X
13	A operação e manutenção dos ativos da CONCESSIONÁRIA, envolvendo todos os possíveis serviços agregados.	Planejamento e gestão dos serviços pela SPE.		X
14	A obsolescência, a robustez e o pleno funcionamento da tecnologia empregada pela CONCESSIONÁRIA na CONCESSÃO.	Planejamento e gestão dos serviços pela SPE.		X

	RISCOS POTENCIAIS	CONSEQUÊNCIAS/ POTENCIAIS MITIGANTES	ALOCÇÃO DO RISCO	
			MUNICÍPIO	SPE
15	Os prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente por culpa da CONCESSIONÁRIA, de seus empregados, prestadores de serviço, terceirizados, subcontratados ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas neste CONTRATO DE CONCESSÃO.	Pagamento de indenizações por eventuais condenações pelos prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente. Remediação dos danos causados ao meio ambiente por meio da adoção das medidas cabíveis. Implantação de Programa de integração de colaboradores.		X
16	As ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia ou, omissão no cumprimento do objeto deste CONTRATO DE CONCESSÃO.			X
17	Os riscos relacionados à exploração das atividades complementares, acessórias ou decorrentes de projetos associados à CONCESSÃO.			X

	RISCOS POTENCIAIS	CONSEQUÊNCIAS/ POTENCIAIS MITIGANTES	ALOCÇÃO DO RISCO	
18	Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste CONTRATO DE CONCESSÃO e as responsabilizações deles decorrentes, incluídas aquelas relacionadas às empresas eventualmente subcontratadas no âmbito da CONCESSÃO.	Contratação de Seguro.		X
19	Decisões judiciais ou administrativas que impactem, impeçam ou impossibilitem a CONCESSIONÁRIA de prestar integral ou parcialmente os serviços, ou que interrompam ou suspendam o pagamento da remuneração, seu reajuste ou revisão de acordo com o estabelecido neste CONTRATO DE CONCESSÃO, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA houver dado causa à situação sobre a qual estiverem fundadas referidas decisões.		X	

	RISCOS POTENCIAIS	CONSEQUÊNCIAS/ POTENCIAIS MITIGANTES	ALOCÇÃO DO RISCO	
	RISCOS POTENCIAIS	CONSEQUÊNCIAS/ POTENCIAIS MITIGANTES	ALOCÇÃO DO RISCO	
			MUNICÍPIO	SPE
20	Atrasos ou inexecução das obrigações da CONCESSIONÁRIA, causados pela demora ou omissão do PODER CONCEDENTE ou de demais órgãos ou entidades do MUNICÍPIO incluindo, mas não se limitando à emissão de LICENÇAS e autorizações necessárias ao adequado desenvolvimento da CONCESSÃO, quando cabíveis, e quando não observados os prazos legais pertinentes.		X	
21	Descumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando a, o inadimplemento do pagamento da remuneração ou o descumprimento de prazos a ele aplicáveis nos termos deste		X	

	RISCOS POTENCIAIS	CONSEQUÊNCIAS/ POTENCIAIS MITIGANTES	ALOCÇÃO DO RISCO	
	CONTRATO DE CONCESSÃO e/ou na legislação vigente.			
22	Imposição de novas obrigações ou alteração unilateral das obrigações originalmente contempladas no CONTRATO DE CONCESSÃO, pelo PODER CONCEDENTE, que provoquem impacto nos custos e encargos da CONCESSIONÁRIA.	Previsão de cláusula contratual que garanta a revisão de equilíbrio econômico-financeiro do projeto nesta hipótese. Além de deixar claro no CONTRATO que os investimentos são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, não havendo qualquer ingerência pelo PODER CONCEDENTE, apenas na certificação da entrega.	X	
23	Prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente pelos administradores, empregados, prepostos, ou prestadores de serviços antes da DATA DA ORDEM DE INÍCIO.	Direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO DE CONCESSÃO. Terá a CONCESSIONÁRIA o direito ao ressarcimento pelo PODER CONCEDENTE de eventuais indenizações que vier a pagar em razão do passivo ambiental e/ou casos de responsabilidade civil que tenham como causa fato anterior à CONCESSÃO;	X	
24	Greves, manifestações sociais e/ou públicas que comprometam a execução do CONTRATO DE CONCESSÃO ou que acarretem danos aos BENS VINCULADOS	Plano de Seguros. Obrigação de contratação emergencial de funcionários temporários. Campanhas de divulgação do Projeto para esclarecer dúvidas e ressaltar aspectos positivos.	X	



	RISCOS POTENCIAIS	CONSEQUÊNCIAS/ POTENCIAIS MITIGANTES	ALOCÇÃO DO RISCO	
	à CONCESSÃO, desde que as perdas e danos causados por tais eventos não sejam objeto de cobertura de seguros previstos neste CONTRATO DE CONCESSÃO.			

	RISCOS POTENCIAIS	CONSEQUÊNCIAS/ POTENCIAIS MITIGANTES	ALOCÇÃO DO RISCO	
			MUNICÍPIO	SPE
25	Investimentos, pagamentos, custos e despesas decorrentes de eventuais desapropriações e instituição de servidões administrativas determinadas pelo PODER CONCEDENTE, na forma da lei.		X	
26	Ações originárias de serviços prestados anteriormente à DATA DA ORDEM DE INÍCIO.		X	

<b>27</b>	Custos de recuperação, prevenção, correção e gerenciamento de passivo ambiental relacionados à CONCESSÃO, originados anteriormente à DATA DA ORDEM DE INÍCIO.		<b>X</b>	
<b>28</b>	Riscos não alocados expressamente no CONTRATO (riscos residuais).	Importante previsão de regra geral sobre reequilíbrio destacando que arca com o risco a parte que tem melhores condições de lidar com ele.	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>29</b>	A demora e/ou não aprovação dos projetos de engenharia pelo PODER CONCEDENTE.	Avaliação das diretrizes de projeto constante no Edital e análise de sua viabilidade e adequação. Além disso, reunião prévia com todos os agentes públicos envolvidos e obtenção de aprovação previamente ao início do projeto.	<b>X</b>	
<b>30</b>	O atraso na implementação do projeto de engenharia e Investimentos previstos no Termo de Referência deste Estudo por ato exclusivo da CONCESSIONÁRIA.	Garantia de execução contratual. Exigência de qualificação técnica no Edital.		<b>X</b>

<b>31</b>	Realização de Investimentos e demais serviços não previstos originalmente no Projeto de Engenharia.	Previsão de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO nas hipóteses de inclusão de novos serviços e investimentos.	<b>X</b>	
<b>32</b>	Acréscimos dos serviços de melhoramentos mínimos previstos no Termo de Referência deste Estudo.	Previsão contratual de que se houver acréscimos dos serviços de melhoramento mínimos previstos no Termo de Referência deste Estudo, deve-se proceder ao equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO.	<b>X</b>	

	RISCOS POTENCIAIS	CONSEQUÊNCIAS/ POTENCIAIS MITIGANTES	ALOCÇÃO DO RISCO	
			MUNICÍPIO	SPE
<b>33</b>	Aumento da demanda dos serviços prestados.	A CONCESSIONÁRIA deverá fazer estudo prévio bem detalhado, de modo a prever eventual aumento da demanda, e estudar formas de reduzir os custos e aumentar receitas, por meio de recebimento de receitas acessórias caso isto ocorra.	<b>X</b>	
<b>34</b>	Investimentos, custos e despesas decorrentes de serviços que gerem Receitas Acessórias.	Estudo prévio detalhado antes da implementação de projetos alternativos, de modo a se certificar a sua viabilidade econômico-financeira. Previsão contratual de que parte das receitas alternativas serão para remuneração da CONCESSIONÁRIA.		<b>X</b>

<b>35</b>	Danos ambientais materializados após a assinatura do CONTRATO.	Elaboração de estudos antes de iniciar as implantações previstas no Projeto de Engenharia, e formalização de seguros.		<b>X</b>
<b>36</b>	Passivos ambientais materializados antes de assinatura do CONTRATO, mesmo se detectados após a assinatura do CONTRATO.	Previsão de cláusula contratual que aloque o risco ao parceiro público tendo em vista ser ele que estava fiscalizando a prestação do serviço anterior. Caberá a CONCESSIONÁRIA realizar avaliação ambiental prévia das áreas onde houver nova implantação.	<b>X</b>	
<b>37</b>	Obrigação de promover inovações tecnológicas e automação das operações.	A CONCESSIONÁRIA deverá prever em seu Plano de Negócios investimentos em inovações tecnológicas e automação das operações. Inserção de cláusula informando que o investimento em inovações tecnológicas deverá ser realizado, de modo a não prejudicar a equação econômico-financeira da CONCESSÃO.	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>38</b>	Riscos que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, inclusive para as hipóteses de caso fortuito e força maior, desde que exigidos no CONTRATO DE CONCESSÃO.	A CONCESSIONÁRIA deverá contratar um pacote de seguros abrangentes de modo a se proteger de hipóteses de caso fortuito e força maior seguráveis.		<b>X</b>

<b>39</b>	Modificações nos Indicadores de Desempenho promovidos pelo PODER CONCEDENTE.	Previsão contratual de que se houver alteração dos indicadores de desempenho que afete os custos e despesas da CONCESSIONÁRIA deverá ser observado o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO	<b>X</b>	
<b>40</b>	Modificações nos Indicadores de Desempenho promovidas pelo PODER CONCEDENTE que não causem impacto nos encargos da CONCESSIONÁRIA.	Previsão contratual de que o PODER CONCEDENTE poderá modificar os Indicadores de Desempenho desde que não haja impacto nos encargos da CONCESSIONÁRIA.		<b>X</b>

	RISCOS POTENCIAIS	CONSEQUÊNCIAS/ POTENCIAIS MITIGANTES	ALOCÇÃO DO RISCO	
			MUNICÍPIO	SPE
<b>41</b>	Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos locais de obras ou em seus ativos.	A CONCESSIONÁRIA é responsável pela guarda patrimonial, devendo contratar empresa de segurança para mitigar os riscos de roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos locais de obras ou em seus ativos.		<b>X</b>
<b>42</b>	Alteração do cenário macroeconômico.	Previsão de índice de reajuste anual, através de fórmula paramétrica, para atualizar o valor da contraprestação pública.	<b>X</b>	<b>X</b>

<b>43</b>	Extinção do CONTRATO por caso fortuito ou força maior.	Plano de Seguros (Riscos de Engenharia). Eventual recomposição da equação econômico-financeira do CONTRATO.	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>44</b>	Adequação às normativas de órgãos ou entidades distintas do PODER CONCEDENTE.	A CONCESSIONÁRIA deverá realizar estudo prévio, e incluir em sua planilha econômico-financeira e planos de negócios o custo e despesa para se adequar às normas vigentes.		<b>X</b>
<b>45</b>	Prejuízos causados a terceiros depois da assinatura do CONTRATO.	Contratação de seguros de responsabilidade civil, de modo a mitigar o prejuízo causado a terceiros. Estruturação e observância de normas de segurança e atendimento para reduzir o número de acidentes.		<b>X</b>
<b>46</b>	Prejuízos causados antes da assinatura do CONTRATO.	Previsão contratual de que eventual prejuízo e dano provocado antes de assinatura do CONTRATO é de responsabilidade do PODER CONCEDENTE.	<b>X</b>	
<b>47</b>	Planejamento Tributário.	A CONCESSIONÁRIA deverá antes de vencer a licitação contratar empresa de planejamento fiscal para definir os impostos devidos e eventuais formas de diminuir a base de cálculo e/ou alíquota de modo a evitar pagamento de tributos não previsto anteriormente.		<b>X</b>

<b>48</b>	Criação e/ou extinção de tributos ou alterações na legislação tributária.	Previsão contratual de obrigatoriedade de equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses de criação e/ou extinção de tributos tanto para a CONCESSIONÁRIA quanto para o PODER CONCEDENTE.	<b>X</b>	<b>X</b>
-----------	---	--	----------	----------

	RISCOS POTENCIAIS	CONSEQUÊNCIAS/ POTENCIAIS MITIGANTES	ALOCÇÃO DO RISCO	
			MUNICÍPIO	SPE
<b>49</b>	Criação e/ou extinção de tributos ou alterações na legislação tributária atinentes a impostos/contribuições sobre Receitas Alternativas.	Previsão contratual de que os riscos de criação e/ou extinção de tributos na exploração das Receitas Alternativas é de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA. A CONCESSIONÁRIA antes de explorar projetos alternativos deverá realizar estudo prévio de modo a verificar a sustentabilidade financeira do Projeto.		<b>X</b>
<b>50</b>	Inadimplência dos usuários.	Previsão no CONTRATO de que os riscos por inadimplência dos usuários são exclusivamente do PODER CONCEDENTE, tendo em vista ser este o responsável pela arrecadação da taxa de resíduos sólidos em conjunto com a tarifa de água e esgoto.	<b>X</b>	

<b>51</b>	Decisões judiciais decorrentes de atos comissivos ou omissivos da CONCESSIONÁRIA.	Previsão no CONTRATO como se dará a indenização no caso de ação ou omissão por parte da CONCESSIONÁRIA. Previsão no CONTRATO da obrigação da CONCESSIONÁRIA de fazer seguro de responsabilidade civil contra terceiros. Estruturação de departamento interno que visa evitar qualquer tipo de omissão na prestação de serviço. Observância das normas regulatórias e legais, de modo a evitar qualquer tipo de dúvida nos atos praticados pela CONCESSIONÁRIA.		<b>X</b>
<b>52</b>	Verificação de Fato do Príncipe.	Previsão contratual de reequilíbrio-financeiro nas hipóteses de Fato do Príncipe, desde que o ato impactar os riscos atribuídos ao PODER CONCEDENTE.	<b>X</b>	
<b>53</b>	Atraso na assunção dos serviços divisíveis e indivisíveis pela CONCESSIONÁRIA por atos praticados pelo PODER CONCEDENTE.	Previsão de cláusula contratual prevendo o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses de assunção dos serviços divisíveis pela CONCESSIONÁRIA.	<b>X</b>	
<b>54</b>	Tratamento de vícios ocultos pela CONCESSIONÁRIA.	Previsão de cláusula contratual prevendo o reequilíbrio econômico-financeiro nos casos de vícios ocultos na infraestrutura recebida pelo PODER CONCEDENTE, já que deve haver investimento incremental da CONCESSIONÁRIA nessa infraestrutura.	<b>X</b>	



55	Capacidade financeira e de captação de recursos da CONCESSIONÁRIA.	Estruturação de critérios para habilitação econômico-financeira e técnica na fase de licitação que permita a concorrência de empresas com capacidade financeira e de captação de recursos para viabilizar o objeto da CONCESSÃO. A CONCESSIONÁRIA deverá antes do processo de licitação verificar a sustentabilidade financeira de sua proposta com instituições financeiras.		X
----	--	---	--	---

	RISCOS POTENCIAIS	CONSEQUÊNCIAS/ POTENCIAIS MITIGANTES	ALOCÇÃO DO RISCO	
			MUNICÍPIO	SPE
56	Aumento dos custos relacionados ao(s) financiamento(s) obtidos pela CONCESSIONÁRIA decorrerem diretamente de atos praticados pelo PODER CONCEDENTE.	Previsão de reequilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO nas hipóteses em que o aumento dos custos do financiamento decorrerem de atos praticados pelo PODER CONCEDENTE.	X	
57	Descumprimento de Indicadores de Desempenho.	Estruturação de Indicadores de Desempenho claros e mensuráveis. Previsão de desconto mensal na remuneração com base na avaliação dos serviços em função do ID. Previsão de cláusula de cura previamente à aplicação de sanções.		X

<b>58</b>	Controle de Emissão de Ruídos.	Elaboração de Estudos Técnicos, de modo a evitar ao máximo possível a emissão de ruídos na operação da CONCESSÃO.		<b>X</b>
<b>59</b>	Interdições dos Bens Vinculados à CONCESSÃO por emergência em decorrência de desastres naturais.	Previsão contratual de obrigatoriedade de reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses de interdição total ou parcial dos bens vinculados à Concessão, por causas não imputáveis à CONCESSIONÁRIA. Inserção de mecanismo contratual para o PODER CONCEDENTE auxiliar a CONCESSIONÁRIA ou envidar todos os esforços para desembaraçar o acesso aos bens vinculados à CONCESSÃO.	<b>X</b>	
<b>60</b>	Interdições dos Bens Vinculados à CONCESSÃO por situações de contingências de saúde pública.	Previsão contratual de obrigatoriedade de reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses de interdição total ou parcial dos bens vinculados à Concessão, por causas não imputáveis à CONCESSIONÁRIA. Inserção de mecanismo contratual para o PODER CONCEDENTE auxiliar a CONCESSIONÁRIA ou envidar todos os esforços para desembaraçar o acesso aos bens vinculados à CONCESSÃO.	<b>X</b>	

<b>61</b>	Interdição total ou parcial dos Bens Vinculados à CONCESSÃO e respectivas vias de acesso, por causas não imputáveis à CONCESSIONÁRIA.	Previsão contratual de obrigatoriedade de reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses de interdição total ou parcial dos bens vinculados à Concessão, por causas não imputáveis à CONCESSIONÁRIA. Inserção de mecanismo contratual para o PODER CONCEDENTE auxiliar a CONCESSIONÁRIA ou envidar todos os esforços para desembaraçar o acesso aos bens vinculados à CONCESSÃO.	<b>X</b>	
<b>62</b>	Expiração do prazo contratual sem amortização integral dos investimentos.	Previsão contratual de necessidade de amortização integral dos investimentos antes da extinção da CONCESSÃO devendo ter previsão de pagamento de indenização nessas hipóteses.	<b>X</b>	

	<b>RISCOS POTENCIAIS</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS/ POTENCIAIS MITIGANTES</b>	<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	
			<b>MUNICÍPIO</b>	<b>SPE</b>
<b>63</b>	Extinção do CONTRATO por encampação.	Estabelecer critérios de reembolso de Valor Residual. Definição clara de outros itens indenizatórios: danos emergentes, lucros cessantes, desmobilização, etc. Busca por solução arbitral.	<b>X</b>	

<b>64</b>	Extinção do CONTRATO por caducidade.	Monitoramento e procedimentos para avaliação do Indicador de Desempenho (ID). Estabelecimento de um mecanismo de contagem de pontos sempre que o ID não atingir nota mínima, estabelecendo um número máximo de pontos acima do qual se dispara o processo de caducidade. Possibilidade de ações prévias à caducidade (intervenção, multas). Previsão de solução arbitral. Inclusão de cláusula de cura ao Contrato permitindo a atuação da CONCESSIONÁRIA previamente à aplicação de sanção.	<b>X</b>	
<b>65</b>	Extinção do CONTRATO por caducidade após o período de cura.	Previsão no CONTRATO do período de cura a ser concedido pelo PODER CONCEDENTE para que a CONCESSIONÁRIA promova as adequações necessárias.		<b>X</b>
<b>66</b>	Extinção do CONTRATO por iniciativa da CONCESSIONÁRIA por meio de pedido judicial acolhido e transitado em julgado em função de inadimplemento não passível de cura do PODER CONCEDENTE, no cumprimento do CONTRATO de Concessão, inclusive na hipótese de intervenção ilegal no CONTRATO.	Estabelecer critérios de reembolso de Valor Residual. Definição clara de outros itens indenizatórios: danos emergentes, lucros cessantes, desmobilização, etc.	<b>X</b>	<b>X</b>

<b>67</b>	Rescisão consensual do CONTRATO por acordo entre PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.	Critérios e procedimentos para reembolso da parcela dos investimentos não amortizados ou depreciados. Previsão de solução arbitral.	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>68</b>	Aprovação e manutenção de acordo de convênio com a Companhia de Saneamento do Estado do Pará (COSANPA) (ou outra instituição) para a cobrança da taxa de resíduos sólidos dos usuários em conjunto com as tarifas da água e esgoto, por meio de um mesmo boleto de cobrança, caso tenha sido efetivado acordo.	Assunção, pelo PODER CONCEDENTE, do risco relativo à redução da arrecadação da taxa de resíduos sólidos	<b>X</b>	
<b>69</b>	Dificuldades na assunção, operação e implantação das ações previstas no Contrato de Concessão para a área em que localizada o “Lixão” do Aurá, em razão de atuação de organizações criminosas e/ou paramilitares.	Inserção de mecanismo contratual para o PODER CONCEDENTE auxiliar a CONCESSIONÁRIA ou envidar todos os esforços para desembaraçar o acesso aos bens vinculados à CONCESSÃO.  Assunção, pelo PODER CONCEDENTE, do dever de assegurar (inclusive por meio de força policial ostensiva) à CONCESSIONÁRIA condições de atuação no local.	<b>X</b>	

<b>70</b>	Atrasos, ou não obtenção de autorizações e/ou licenças necessárias à operação do CTR, por prazo de até 06 (seis) meses.	Previsão de instalação de célula emergencial, a ser licenciada no área do “Lixão” do Aurá, para recebimento dos resíduos sólidos domiciliares, com capacidade para recepção dos resíduos por um período máximo de 06 (seis) meses	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>71</b>	Ausência de área licenciável para a realização da destinação final de resíduos sólidos domiciliares na região metropolitana de Belém. Atrasos, ou não obtenção de autorizações e/ou licenças necessárias à exploração da CONCESSÃO, incluindo os referentes ao LICENCIAMENTO AMBIENTAL, por prazo superior a 06 (seis) meses.	Repactuação do CONTRATO com o estabelecimento de alternativas concretas para fins de manutenção da prestação dos serviços, mediante repactuação do equilíbrio econômico-financeiro	<b>X</b>	
<b>72</b>	Ausência de Aterro Sanitário licenciado na região metropolitana de Belém, apto a realizar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares, no período de licenciamento, construção e implantação do CTR	Previsão de instalação de célula emergencial, a ser licenciada no área do “Lixão” do Aurá, para recebimento dos resíduos sólidos domiciliares, com capacidade para recepção dos resíduos por um período máximo de 06 (seis) meses.  No caso de não se viabilizar novo Aterro Sanitário licenciado no período de capacidade de recepção da célula emergencial do Aurá,	<b>X</b>	<b>X</b>

		deverá ocorrer repactuação do CONTRATO com o estabelecimento de alternativas concretas para fins de manutenção da prestação dos serviços, mediante repactuação do equilíbrio econômico-financeiro.		
<b>73</b>	Atrasos na realização dos investimentos previstos no Plano de Ação de Integração, em razão de não aprovação (ou demora na aprovação) pelo MUNICÍPIO, das ações concretas a serem financiadas pela CONCESSIONÁRIA	Revisão do cronograma estabelecido para implantação do Plano de Ação de Integração	<b>X</b>	